

# Sarney prevê um acordo sobre as prerrogativas

O GLOBO

BRASÍLIA (O GLOBO) — Ao defender ontem a restauração das prerrogativas legislativas, sob a alegação de que "sem Congresso forte não há democracia", o presidente do PDS, senador José Sarney, apontou como "solução ideal" para a questão da inviolabilidade parlamentar "o exercício de um poder de controle pelo próprio Congresso".

Sarney manifestou-se otimista quanto a um acordo sobre a matéria e assegurou que o objetivo do PDS é "alcançar o máximo possível" no restabelecimento das prerrogativas, que, na sua opinião, "são essenciais ao sistema democrático".

— É preciso encontrar fórmulas que não reduzam as prerrogativas do Poder Legislativo, que é considerado pelo PDS, em seu programa, acima dos demais poderes, acrescentou.

## REALIDADE POLÍTICA

Relator do projeto que, em 1978, fez a ressalva, na inviolabilidade parlamentar, dos crimes contra a segurança nacional, Sarney explicou que, aquela época, foi atendida "uma exigência da realidade política do momento".

— A realidade política, no entanto, é dinâmica. Hoje, pode-se fazer um pouco mais. O ideal, repito, é o Congresso Nacional exercer o poder de controle, independentemente do Poder Judiciário, disse.

Ele acentuou ainda que a reforma política de 1978 não se destinava a restringir as prerrogativas do Congresso "mas sim defender o País da violência e dos atentados políticos".

— A inviolabilidade parlamentar — prosseguiu — não pode ser desvinculada da responsabilidade política, não pode ser confundida com a impunidade. Em vários países reconhecidamente democráticos, como a Alemanha, a Itália, a Inglaterra e a França, o Estado tem instrumentos de defesa contra a violência política. Uma lei antiterror, por exemplo, tornaria desnecessária a ressalva constitucional à inviolabilidade dos mandatos.

Ele recomendou "uma leitura atenta" do artigo constitucional que restringe a inviolabilidade nos crimes contra a segurança nacional "porque, e isso é muito

importante, ele condiciona a condenação à gravidade do delito".

SO NA INTEGRA 2 JUL 1980

O presidente da Comissão Mista do Congresso que examina a emenda das prerrogativas, deputado Pimenta da Veiga (PMDB-MG), considerou ontem "inadmissível" que estejam sendo feitos entendimentos para modificações no projeto, alegando que "essa discussão deve ser feita dentro da comissão e, em nenhum momento, tal acordo foi cogitado".

— O deputado Flávio Marcílio, na condição de presidente da Câmara, pode estar mantendo entendimentos com o Executivo, mas para a aprovação da emenda em sua integralidade, acrescentou.

Ele negou também que venha a ser aceita uma fórmula intermediária, na questão do decurso de prazo, conforme anunciara o presidente da Câmara, e assegurou que a emenda "é apenas um ponto de partida".

— Querer restringi-la é inaceitável. A emenda é o mínimo. Reduzir o mínimo é ficar com nada. A proposta não pode ser negociada.

## SIMPLISTA

O líder do PMDB na Câmara, deputado Freitas Nobre, disse ontem ser "uma explicação simplista" a proposta considerada satisfatória pelo presidente da Câmara, Flávio Marcílio, na questão do decurso de prazo, com a ampliação do número de sessões para a aprovação de projetos originários do Executivo.

— Se o Governo tem maioria, basta que seus parlamentares não compareçam às sessões. E isto é uma prática comum no exame de projetos impopulares, com a sistemática ausência da bancada do PDS. Com isso, o Governo tem as suas propostas aprovadas e os parlamentares do PDS evitam o desgaste popular, afirmou o líder oposicionista.

Ele argumentou ainda que a fórmula aceita por Marcílio "apenas adia decisão, não impedindo o expediente da obstrução", mas admitiu que a ampliação do prazo tem "aspecto positivo", ao possibilitar o maior debate da matéria.

PEDIU·TOCOU·GANHOU

MUNDIAL  
600  
musica em sua voz